

**BRINCAR, PERTENCER E RESISTIR: A POTÊNCIA POLÍTICA DAS INFÂNCIAS
CALON DE QUISSAMÃ-RJ**

***Play, belonging and resistance: the political power of Calon childhoods
in Quissamã-RJ***

***Jugar, pertenecer y resistir: el potencial político de las infancias Calon
de Quissamã-RJ***

Maria Marques
Secretaria Estadual de Educação - RJ
E-mail: mariacmarques2010@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 20, 2025, e02002, p. 1-27

ISSN 2447- 983



RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2019 e 2023 no acampamento Mathias, em Quissamã, no estado do Rio de Janeiro, com crianças do grupo étnico cigano Calon. O objetivo central foi compreender o brincar como prática cultural de resistência, produção de saberes e afirmação identitária. A metodologia fundamentou-se na observação participante, na fotoetnografia realizada em diálogo com as crianças e em entrevistas informais com familiares, valorizando o uso da imagem como instrumento de análise das dinâmicas culturais. As brincadeiras observadas evidenciaram a criação de narrativas coletivas, a partir da transformação de objetos cotidianos e da reinvenção dos espaços, característica das infâncias Calon. O brincar emerge, assim, como linguagem política, reafirmando pertencimento, fortalecendo vínculos comunitários e tensionando estigmas. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas e educacionais que reconheçam e legitimem modos próprios de aprender, brincar e existir das crianças Calon, assegurando o direito ao território, à memória e à livre expressão cultural. Conclui-se que as infâncias Calon não devem ser compreendidas apenas pela ótica da exclusão social, mas como agentes produtores de cultura e conhecimento situados, sendo fundamental garantir-lhes escuta qualificada e respeito a seus direitos coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias Calon. O Brincar. Resistência Cultural. Diversidade Cultural.

ABSTRACT

This article presents the results of ethnographic research conducted between 2019 and 2023 at the Mathias encampment in Quissamã, Rio de Janeiro, with children from the Calon Romani ethnic group. The main objective was to understand play as a cultural practice of resistance, knowledge production, and identity affirmation. The methodology was based on participant observation, photoethnography carried out in dialogue with the children, and informal interviews with family members, valuing the use of images as an analytical tool for cultural dynamics. The observed play revealed the creation of collective narratives through the transformation of everyday objects and the reinvention of spaces, a distinctive feature of Calon childhoods. Thus, play emerges as a political language, reaffirming belonging, strengthening community bonds, and challenging stigmas. The results indicate the need for public and educational policies that recognize and legitimize the unique ways Calon children learn, play, and exist, ensuring their right to territory, memory, and free cultural expression. It is concluded that Calon childhoods should not be understood solely through the lens of social exclusion, but as agents who produce situated culture and knowledge, making it essential to guarantee them qualified listening and respect for their collective rights.



KEYWORDS: Calon Childhoods. The Play. Cultural Resistance. Cultural Diversity.

RESUMEN

Este artículo presenta resultados de una investigación etnográfica realizada entre 2019 y 2023 en el campamento Mathias, en Quissamã, estado de Río de Janeiro, con niñas y niños del grupo étnico gitano Calon. El objetivo central fue comprender el juego como una práctica cultural de resistencia, producción de saberes y afirmación identitaria. La metodología se fundamentó en la observación participante, la fotoetnografía realizada en diálogo con las niñas y los niños, y entrevistas informales con familiares, valorando el uso de la imagen como herramienta de análisis de las dinámicas culturales. Los juegos observados evidenciaron la creación de narrativas colectivas a partir de la transformación de objetos cotidianos y la reinención de los espacios, característica de las infancias Calon. Así, el jugar surge como un lenguaje político, reafirmando el sentido de pertenencia, fortaleciendo los lazos comunitarios y tensionando los estigmas. Los resultados señalan la necesidad de políticas públicas y educativas que reconozcan y legitimen las formas propias de aprender, jugar y existir de las niñas y los niños Calon, asegurando el derecho al territorio, a la memoria y a la libre expresión cultural. Se concluye que las infancias Calon no deben comprenderse únicamente bajo la óptica de la exclusión social, sino como agentes productores de cultura y conocimiento situados, siendo fundamental garantizarles una escucha calificada y respeto a sus derechos colectivos.

PALABRAS CLAVE: Infancias Calon. Juego. Resistencia Cultural. Diversidad Cultural.



INTRODUÇÃO

O Brasil e outros países da América Latina carregam um histórico de afastamento de minorias culturais, fenômeno que se traduz na invisibilidade de suas práticas nos espaços públicos e, sobretudo, no sistema educacional. Entre as comunidades Calon, esse afastamento se manifesta na pouca valorização de suas expressões lúdicas, desde a infância e na inexistência de políticas que atendam às suas singularidades. Embora o direito à educação seja formalmente garantido, meninos e meninas Calon lidam com estigmas na escola e com a negação de suas identidades nas rotinas pedagógicas.

Os dados aqui analisados derivam de uma tese de doutorado desenvolvida em entre 2019 e 2023, no acampamento Mathias, situado em Quissamã, município do Rio de Janeiro. O espaço surgiu após a chegada do Sr. Gola, em 2011, quando adquiriu uma área extensa para reunir pessoas de seu grupo para garantir proteção familiar da comunidade Calon. Desde então, a configuração interna se compõe de núcleos residentes por longos períodos e barracas itinerantes que ocupam espaços vagos, dinâmica que imprime ritmo próprio ao cotidiano. A comunidade ocupa uma área afastada do centro urbano e constitui a única concentração cigana do município. Em Mathias, convivem cerca de quinze famílias Calon, além de grupos itinerantes, autorizados pelo chefe do acampamento a permanecer, temporariamente, nas imediações. A proximidade com vizinhos não ciganos faz do local um território de interações interétnicas densas.

O acampamento tem por vizinhança uma escola municipal de anos iniciais e uma escola estadual de ensino médio situada no centro da cidade. Entre 2023 e 2024, o terreno onde as crianças se reuniam, conceituado como “campo-brincante”¹ (Marques, 2023), foi dividido em pequenos lotes, diminuindo a área de circulação, modificando modos de socialização e restringindo o uso lúdico do lugar.

No cenário estudado, o brincar constitui eixo da socialização e da transmissão de valores, prática diária carregada de sentidos culturais. A tese corresponde à segunda investigação acadêmica sobre infância cigana no Brasil e à primeira dedicada

¹ A análise dos dados de pesquisa permitiu a identificação dos conceitos de “campo-brincante” (lugar escolhido pelas crianças Calon para brincar), “criante-brincante” (criança que cria brincadeiras a todo momento) e “criante-narrante” (criança que narra e cria histórias) como categorias que emergiram das observações e interações com as crianças. Através da imersão no campo e da análise cuidadosa dos dados coletados, esses conceitos puderam ser desenvolvidos e compreendidos em contextos específicos.



às práticas lúdicas das crianças Calon sob perspectiva etnográfica. Embora as obras infantis nascidas da pesquisa, baseadas em relatos verídicos e ilustradas por artistas Calon, funcionem como extensão simbólica do estudo, o presente texto não se detém apenas nessas produções, resultantes como instrumentos de reconhecimento cultural no espaço escolar.²

Em relação à escola, a pesquisa de Monteiro (2019), desenvolvida no Rancho dos Ciganos, em Sousa, Paraíba, é a primeira sistematização acadêmica sobre a infância Calon no contexto escolar. A autora registrou sua surpresa diante da presença de crianças ciganas pequenas na escola e observou que a confiança das famílias se dava pelo fato de a direção e a maioria dos funcionários serem Calon (Monteiro, 2019). Em Quissamã, o cenário é distinto, pois as crianças frequentam escolas sem representatividade Calon entre professores e gestores, o que gera algumas tensões e inseguranças.

Este estudo reconhece a escola como um espaço relevante de interação das crianças Calon com a sociedade majoritária. Contudo, a instituição escolar frequentada pelas crianças do acampamento não foi objeto direto de análise. As informações sobre a escolarização presentes no texto advêm de entrevistas com mães Calin e de registros em contextos informais. A delimitação metodológica decorre da centralidade conferida ao cotidiano lúdico, buscando compreender o brincar como prática cultural de resistência e de construção identitária.

Adotou-se a fotoetnografia para reconhecer as crianças como sujeitos epistêmicos, aptos a registrar e interpretar as próprias experiências visuais. Essa postura alinha-se à sociologia da infância crítica, que defende a escuta qualificada de infâncias historicamente silenciadas. Segundo Sarmiento e Marchi (2008, p. 98), para quem “considerar [...] as crianças excluídas, furtivas ou ausentes não significa apenas dar voz a essas crianças numa disciplina que, apesar de exceções relevantes, não as tem escutado tanto quanto deveria”. As imagens coletadas, autorizadas pelos responsáveis e escolhidas junto às crianças, atuaram como material analítico, ampliando a compreensão do “campo-brincante” (Marques, 2023), espaço eleito para brincar, imaginar e criar mesmo diante das adversidades diárias e de outros conceitos já mencionados oriundos da pesquisa.³

2 As cinco obras infantis publicadas, resultantes da pesquisa de tese, têm sua inserção no contexto escolar condicionada ao reconhecimento institucional por parte das Secretarias de Educação dos estados brasileiros, que deverão avaliar sua relevância pedagógica e sociocultural para fins de incorporação aos acervos didáticos e literários. Os títulos das referidas obras encontram-se listados ao final do texto, na seção de referências.

3 No que se refere ao uso de imagens e à nomeação das crianças, este artigo, assim como a tese,



Todos os princípios éticos foram rigorosamente observados. A investigação combinou observação participante e fotoetnografia, com registro de práticas lúdicas de crianças entre quatro e doze anos, de 2021 a 2022. Entrevistas com responsáveis e diálogos informais enriqueceram a interpretação dos sentidos do brincar, dos modos de socialização e dos desafios vividos na relação com a escola.

Diante desse quadro, surge o questionamento sobre de que maneira as brincadeiras das crianças Calon funcionam como formas de resistência cultural e contribuem para políticas educacionais mais inclusivas. Buscamos compreender o brincar como prática que ultrapassa o lazer, preserva identidades, fortalece vínculos comunitários e contesta a homogeneização escolar. A relevância do estudo reside na necessidade de reconhecer populações marginalizadas, como os Calon, nos debates sobre cidadania e educação no Brasil.

Do ponto de vista teórico, o texto articula os estudos de Goldfarb, Dantas e Chagas (2024) e de Galletti (2021) sobre exclusão cultural e marginalização de grupos étnicos. No campo das infâncias, dialoga com Benjamin (2002), que concebe o brincar como espaço essencial para a *construção* identitária e a manutenção de culturas subalternizadas, além de outros autores. A reflexão é atravessada pela obra de Manoel de Barros (2015), que atribui ao lúdico uma dimensão poética e filosófica. Assim, o ato de brincar desponta como gesto criador de mundos, por meio do qual as crianças afirmam existência e desafiam normas impostas.

A observação evidencia que o brincar, tal como se apresenta entre as crianças do acampamento Mathias, forma um campo de criação e de afirmação de pertencimentos, onde memórias são elaboradas, alianças forjadas e respostas às pressões escolares experimentadas. As crianças demonstram agência na gestão de tempos, trajetos e objetos, e provam que suas ações lúdicas transcendem o lazer, atuando como linguagem de resistência e como meio de produção de saberes situados. A análise, portanto, toma as narrativas do brincar como fonte de conhecimento e como ponte de diálogo com a escola, na expectativa de políticas que reconheçam as especificidades Calon sem convertê-las em estigma.

adotou uma pesquisa baseada na Sociologia da Infância, reconhecendo as crianças Calon como sujeitos ativos e participantes. As autorizações das imagens se encontram na pesquisa primeva, sendo o texto com as devidas imagens de responsabilidade da autora.



APRESENTAÇÃO

A dança como fala, a brincadeira como produção de cultura: os “criantes-brincantes”

Figura 1 - A dança de Kauã, 12 anos, e David, 10 anos



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Na figura 1, a fotografia de Kauã, capturado em meio a um giro solto de dança, expressa mais do que a alegria do movimento. Trata-se de uma imagem que restitui à infância Calon o direito de ser presença, gesto e linguagem. Ali, o menino dança livremente. A luz artificial destaca o brilho de sua pele, a leve tensão dos músculos e o riso espontâneo. Ao lado, David, seu irmão mais novo, observa com atenção, repete os movimentos e incorpora o ritmo. Aprender a dançar, entre os Calon, é também brincar, pois criam brincadeiras continuamente. Assim, pode-se afirmar que as crianças de Mathias são “criantes-brincantes” (Marques, 2023). Brincar, para os Calon, ultrapassa a ideia de mero entretenimento, é construir pertencimento, performar saberes e reinventar o mundo com o próprio corpo.

Essa imagem desafia os protocolos que tentam reduzir as crianças à invisibilidade. O que está ali não é uma criança em situação de vulnerabilidade, mas um

sujeito de saber, performando com o corpo aquilo que os autores Sarmiento e Pinto (1997) conceituam como produção simbólica da infância. Segundo os estudiosos, considerar a criança como sujeito de direitos exige reconhecer sua condição de ator social de pleno direito, e não um menor em desenvolvimento. Tal reconhecimento implica admitir que ela é produtora de cultura e dotada de capacidade de organização simbólica da realidade, como afirmam os estudiosos de infância, ao defenderem que

a consideração das crianças como atores sociais de pleno direito, e não como menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em cultura (Sarmiento; Pinto, 1997, p. 20).

A imagem, portanto, vai além da função ilustrativa. Ela denuncia o adultocentrismo epistêmico que insiste em ocultar o rosto das crianças ou limitar sua participação à condição de objeto de pesquisa. Ao contrário, ela inscreve a criança como enunciadora, como produtora de saber. Para Sarmiento, “o olhar das crianças permite revelar fenômenos [sic] sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente” (Sarmiento, 2007, p. 30). Em Kauã, o corpo que dança é um texto. A performance se apresenta como modo de inscrição no mundo. A imagem acima não silencia sua expressão, antes reafirma que as infâncias Calon têm direito de serem vistas, reconhecidas, lembradas e narradas por si mesmas.

O aprendizado da dança, entre os meninos Calon do acampamento Mathias, ocorre como jogo e também como rito. Os meninos praticam sozinhos, inventam passos, desafiam uns aos outros, treinam diante de espelhos ou refletores improvisados. A chamada dança dos Calon não é uma técnica formal, mas uma linguagem identitária. Trata-se de músicas sertanejas com ritmos de sofrências, melancólicas, e algumas vezes dançantes. No cotidiano do acampamento, dançar configura-se como brincadeira e também como expressão cultural. Dessa maneira, brincando, se preparam para os bailes realizados entre comunidades de outros estados do Brasil.

Durante o trabalho de campo, ao serem questionadas sobre o que significa ser criança, as respostas das meninas revelaram uma compreensão precoce do tempo e do corpo. Ser criança, disseram algumas, é poder brincar muito antes de se preparar para o casamento. Para Kauã Matheus, “brincar de verdade é quando danço”. Tal declaração não possui caráter decorativo, mas epistemológico.



A reflexão sobre a infância, nesse contexto, encontra ressonância nas proposições de Javier Naranjo (2019), cuja obra resulta de uma escuta sensível e poética dos modos de pensar das crianças. O educador colombiano propôs a seus alunos que definissem o que significa ser criança, gesto que revela a força criadora e crítica das narrativas infantis. Longe de considerá-las receptáculos de saberes adultos, Naranjo reconhece a infância como espaço legítimo de elaboração de sentidos sobre o mundo. Suas páginas trazem crianças que pensam, interpretam e reinventam a realidade com autonomia e com imaginação. A experiência vivida no acampamento Mathias confirma essa perspectiva. As definições das crianças Calon não apenas traduzem o imaginário coletivo do grupo, mas afirmam uma leitura singular da infância, na qual o brincar, corpo e dança compõem dimensões entrelaçadas da existência, reafirmando a infância como território de saberes próprios e culturalmente situados.

Ao reunir imagem, fala, gesto e conceito, os escritos defendem a permanência da fotografia como elemento constitutivo do conhecimento produzido. A imagem de Kauã, sorrindo e dançando, não viola direitos, ela os reafirma. Não expõe, protege. Não impõe, escuta. A tentativa de apagar esse rosto, interditar essa voz ou censurar tal expressão é, conforme destaca Sarmiento, uma séria distorção dos direitos da criança. Centrar os direitos da criança na proteção, sem reconhecer o estatuto de ator social e o direito à participação e decisão nos seus modos de vida, constitui, segundo ele, um equívoco ético e metodológico (Sarmiento, 2005). Reconhecer a legitimidade dessa imagem é, portanto, um gesto de reparação simbólica. A fotografia de Kauã não é apêndice do texto, mas parte constitutiva do mesmo, assim como as palavras, os conceitos, a dança, porque quando Kauã dança, não apenas brinca, cria histórias, comunica com o corpo aquilo que o mundo, tantas vezes, se recusa a ouvir.

Essas narrativas revelam que o brincar, para as crianças Calon, constitui um direito fundamental e uma prática de resistência cultural, mesmo diante das normas que antecipam responsabilidades adultas. A infância Calon representa um espaço de aprendizado e alegria, em que a brincadeira preserva seu valor, inclusive em situações de transição. Ao analisar essas vivências, compreende-se como o lúdico, além de proporcionar experiências criativas, representa uma dimensão da luta pelo reconhecimento e por uma educação que respeite as singularidades culturais, enfrentando as desigualdades estruturais que buscam silenciar a infância cigana Calon.



“O CAMPO BRINCANTE”**Figura 2 - Miriam, 7 anos, no campo onde brincava**

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No acampamento Mathias, em Quissamã, o “campo-brincante” (Marques, 2023) configurava-se como um amplo retângulo de terra praiana, onde a imaginação coletiva transformava latas vazias em painéis, rodas soltas em carrinhos e galhos secos em utensílios de jogo. Em uma das fotografias do campo, Miriam encara a câmera e, com esse gesto, convida a pesquisadora a integrar o próximo enredo lúdico. A cena ilustra o papel central do brincar entre as crianças Calon, são “criantes-brincantes e criantes-narrantes” (Marques, 2023) que reproduzem situações do cotidiano familiar, referências midiáticas, como gestos do Pikachu,⁴ e pequenas trocas comerciais aprendidas em casa, sempre sob o olhar atento de adultos e jovens da comunidade.

A vitalidade desse espaço relaciona-se ao que Manoel de Barros denomina “troços de criança”, apetrechos aparentemente sem valor que adquirem força poética

4 A tese reúne um repertório expressivo de brincadeiras vivenciadas pelas crianças Calon, entre as quais se destaca a reinvenção do personagem Pikachu, representado por gestos inspirados em desenhos televisivos. As crianças criaram enredos próprios a partir desse ícone midiático, conectando-o às experiências de seu cotidiano. O conjunto etnográfico oferece subsídios para a criação de novas obras infantis, ancoradas nas práticas lúdicas observadas em campo.

quando apropriados pelo jogo (Barros, 2016). Nesse território partilhado, crianças de cinco a dez anos encenavam enterros de lagartixas, pronunciavam palavras em inglês aprendidas com a pesquisadora, faziam bonecos-paraquedistas voarem como pipas e disputavam partidas de pique-lateiro.

Convém ressaltar que as interdições externas também se faziam presentes, pois não havia interação lúdica com crianças não ciganas, sinalizando fronteiras de pertencimento forjadas na experiência diária. Somente quando as crianças Calon empinavam pipa na rua asfaltada, situada antes da entrada do acampamento, havia interação com outros pipeiros não ciganos.

Em 2023, a paisagem se transformou. A prefeitura doou o terreno a um aliado político, que rapidamente cercou e dividiu a área em lotes para venda. O acesso das famílias foi restringido, o campo-brincante perdeu sua configuração original e o solo que sustentava as narrativas coletivas tornou-se fragmentado. O espaço antes contínuo converteu-se em um mosaico de pequenos quintais, enfraquecendo laços de vizinhança e, principalmente, a convivência lúdica. Ciganos e não ciganos tornaram-se proprietários do antigo campo, enquanto os primeiros moradores Calon não foram sequer consultados e desconheciam as razões da transação. Permanece a dúvida quanto à motivação para incluir compradores não ciganos nesse processo.

Privadas do antigo espaço, as crianças transferiram as brincadeiras para a ruela que corta o acampamento. Entre barracas e poucas casas de alvenaria, o futebol passou a utilizar paredes como traves, as pipas precisaram respeitar horários de menor movimento e as cordas de pular migraram para os batentes das portas. Barbantes, gravetos e pedaços de madeira converteram-se em carrinhos, varais de pipa ou marcações de gol, o que evidencia que, mesmo reduzido, o campo-brincante resiste. As práticas observadas ecoam o pensamento de Walter Benjamin, para quem o brincar mobiliza heranças de gerações anteriores, ativando objetos e gestos que atravessam o tempo (Benjamin, 2002). A perda do campo-brincante representa, assim, mais do que uma alteração física porque revela como decisões políticas podem restringir o direito ao lazer, à liberdade criativa e ao desenvolvimento integral das crianças Calon, exigindo reconhecimento institucional para que novos espaços de convivência lúdica sejam assegurados e protegidos.

NARRATIVAS VISUAIS NA CULTURA CALON: O “ABSURDO DIVINO” DAS IMAGENS

“Eu gosto do absurdo divino das imagens.”

Manoel de Barros (2015)

Figura 3: Clara, 15 anos, em sua residência



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A epígrafe que inicia este meandro do texto sintetiza a potência das imagens como narrativas visuais capazes de comunicar realidades complexas, muitas vezes invisíveis ao texto escrito. Em contextos etnográficos, fotografias e cenas visuais revelam detalhes sutis de uma cultura, seus valores, estéticas e relações, por meio de uma expressividade que se aproxima do que Manoel de Barros (2015) chama de “absurdo divino”, pois transcende a explicação puramente racional. As imagens capturam momentos vividos e símbolos culturais em diferentes camadas, proporcionando uma compreensão mais ampla do que as palavras isoladas poderiam descrever. No caso da cultura cigana Calon no Brasil, as fotografias assumem o papel de instrumentos fundamentais para a construção de narrativas, pois retratam cores, espaços de vida e interações familiares carregadas de significados tradicionais e afetivos.

A referência ao autor do brincar, acima, ressalta que existe uma profundidade inerente à imagem visual, frequentemente composta de paradoxos poéticos, simbolismos e elementos que desafiam interpretações literais. Assim, as fotografias possuem o poder de revelar dimensões culturais ocultas, suscitar emoções e transmitir mensagens complexas, dispensando a necessidade de longas legendas explicativas.

CONTEXTO ETNOGRÁFICO: CLARA E A FAMÍLIA CALON BARRETO

Clara, a jovem retratada na imagem em análise, é nora de Virgínia Barreto, pertencente a uma família cigana do grupo Calon. Ela foi uma das primeiras interlocutoras encontradas pela pesquisadora em 2019, pouco antes de a pandemia de Covid-19 interromper as atividades de campo. Adolescente Calin oriunda de São Paulo, casou-se com Vítor Barreto, filho de Disson e Virgínia, unindo dois núcleos familiares Calon e fortalecendo os laços comunitários. Inicialmente, a família Barreto acolheu a pesquisa acadêmica, compartilhando histórias e costumes, porém, com o avanço da Covid-19 no início de 2020, a imersão etnográfica foi suspensa por motivos de saúde pública.

Apesar da interrupção presencial, a narrativa visual de Clara e sua família seguiu sendo construída por meio de fotografias e relatos remotos, pelo celular do Calon Disson, Edson Costa, esposo de Virgínia Barreto. A imagem destacada foi registrada em 2022, período em que Clara já estava casada e plenamente integrada à família do marido. Nesse intervalo, mudanças ocorreram na dinâmica doméstica, pois Virgínia, sogra de Clara, mudou-se para uma casa de alvenaria na mesma rua, cedendo sua tenda tradicional ao casal. Essa decisão evidencia um traço marcante da cultura Calon, a solidariedade entre gerações. Na comunidade cigana de Quissamã, é comum que pais auxiliem os filhos após o casamento, seja oferecendo moradia, auxílio financeiro ou repassando bens familiares, como tendas e dotes matrimoniais. Em diversos contextos ciganos, prevalece a estrutura patrilocal porque a jovem esposa deixa a casa dos pais para viver junto à família do marido, sob orientação da sogra e dos mais velhos. Assim, Clara passou a residir no terreno da sogra, e, embora Virgínia agora ocupe uma casa fixa, a proximidade física e afetiva entre ambas permanece, exemplificando a forte coesão familiar Calon. Esse suporte contínuo permite ao jovem casal iniciar sua vida juntos, mantendo a unidade do grupo e transmitindo valores e tradições de geração em geração.

Outro aspecto relevante é que a jovem passa a integrar a família do marido em posição de respeito aos sogros, especialmente à sogra, de quem receberá



ensinamentos e supervisão durante o processo de adaptação. Ao mudar-se para o convívio com a família de Disson, Clara incorporou-se a essa estrutura: suas atividades cotidianas, desde arrumar a tenda até cozinhar e receber visitas, seguem os costumes do novo grupo familiar, que refletem práticas tradicionais Calon. Esse arranjo, longe de ser interpretado como opressivo, é visto pela comunidade como modo de fortalecer vínculos e proteger a jovem esposa, que conta com a experiência dos mais velhos. O senso de coletividade é evidente, pois todos zelam pelo casal e, em troca, esperam que sejam observadas as normas de respeito e reciprocidade cultural.

Cabe destacar que a pandemia de Covid-19 impactou fortemente essas dinâmicas em 2020 e 2021, adiando grandes reuniões familiares e exigindo adaptações temporárias dos modos de vida comunitários. A pesquisa etnográfica envolvendo Clara precisou ser reorganizada, mas a rede de apoio familiar permaneceu sólida. Virgínia, ao mudar-se para a casa de alvenaria, proporcionou mais espaço e segurança sanitária para todos. Clara e Vítor passaram a desfrutar de maior privacidade em sua própria tenda, sem se afastar do círculo familiar, pois permaneceram no mesmo terreno, apenas com uma nova configuração doméstica. Essa capacidade de reorganização interna evidencia a resiliência dos Calon, que conseguem conciliar tradição e mudanças externas, como uma crise sanitária, mantendo seus valores centrais.

CURRÍCULO, EDUCAÇÃO ESCOLAR E DESAFIO À INCLUSÃO DOS CALON

Figura 4 - Mirela, 7 anos, em 2024



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A imagem acima, registrada em 2024,⁵ retrata Mirela, uma menina Calin, sentada em uma cadeira plástica vermelha no pátio de sua casa, vestida com o uniforme escolar azul e branco do município de Quissamã. Ela segura uma chupeta, gesto que a insere no universo simbólico da infância. Descalça, com os pés apoiados sobre o chão de cimento rústico, Mirela compõe uma cena de passagem entre dois espaços: o da escola e o do lar. Ao fundo, marcas de mãos infantis pintadas de azul destacam-se sobre a frieza do portão metálico.

A fotografia, longe de se limitar a um simples registro, constitui um documento sensível que expressa o entrelaçamento de vivências e contradições que atravessam a vida das crianças Calon. Conforme destaca Sarmiento (2003), a infância não se configura como um estado natural, mas resulta de uma construção social permeada por normas, poderes e formas de resistência. A imagem de Mirela encarna essa infância situada, em que o corpo da criança é atravessado por políticas escolares, afetos familiares e regulações sociais.

Ainda de acordo com Sarmiento (2005), a criança deve ser reconhecida como sujeito de linguagem e de direitos, capaz de interpretar, narrar e atribuir sentidos à própria realidade. Mirela, em sua presença silenciosa, revela-se enunciadora de uma infância que transita entre sistemas de pertencimento e de adaptação, oscilando entre o desejo de afirmação cultural e a necessidade de inserção institucional. A tensão entre o uniforme escolar e os códigos da cultura Calon revela-se, na fotografia, como expressão das fronteiras simbólicas que atravessam a experiência das infâncias subalternizadas. A imagem não se reduz ao estatuto de registro, mas se inscreve como linguagem do sensível, conforme propõe uma fotoetnografia implicada na visibilidade dessas infâncias. O uniforme que expõe as pernas de Mirele contraria os valores da tradição Calon de Quissamã, que preza pelas saias longas desde a infância. Tal indumentária deveria ser acolhida no espaço escolar, não gerar estranhamento, mas ser compreendida e valorizada por meio de ações pedagógicas que dialoguem com a presença cigana na comunidade.

Diversos autores brasileiros vêm se dedicando à investigação da relação entre a escola e as infâncias ciganas Calon, evidenciando um contexto de tensões,

5 Na ocasião, estive pessoalmente nas Secretarias Municipais de Educação de Quissamã e de Carapebus, (município perto de Quissamã, que também possui pouquíssimas barracas, na época) onde apresentei minha primeira obra publicada e propus um projeto de capacitação gratuita destinado aos professores da rede pública desses municípios. Entreguei exemplares das obras infantis e manifestei minha disponibilidade para contribuir com processos formativos que considerem as infâncias ciganas em sua complexidade cultural e social. Após essas visitas institucionais, retornei ao acampamento Mathias para entregar os livros às crianças Calon, oferecendo-lhes a oportunidade de lerem e comentarem as narrativas baseadas em suas próprias vivências. Autografei os exemplares como gesto de reconhecimento e devolutiva ética à comunidade que acolheu e sustentou a pesquisa.



silenciamentos e barreiras institucionais. Silva e Paiva (2015) demonstram que o espaço escolar historicamente tem operado como agente de exclusão para os Calin, muitas vezes reforçando estigmas e dificultando a permanência dessas crianças na escola. Como já mencionamos, Monteiro (2019), pioneira na sistematização do registro da presença de crianças Calin em ambientes escolares, descreve os desafios enfrentados por elas e seus familiares diante de uma escola pouco sensível aos seus modos de vida. Em convergência, Cardoso e Bonomo (2019) apontam a ausência de práticas pedagógicas culturalmente responsivas, enquanto Rodrigues e Paula (2021) observam que, mesmo diante de políticas públicas que reconhecem o direito à educação, a exclusão simbólica e material persiste no cotidiano dessas infâncias.

Na pesquisa de doutorado desenvolvida entre 2021 e 2022, não estive diretamente presente nas escolas. Essa ausência não ocorreu por falta de interesse, mas resultou de dois fatores determinantes. Em primeiro lugar, o foco do estudo estava voltado para as brincadeiras e os processos de aprendizagem entre pares no acampamento Mathias, em Quissamã, onde acompanhei, de forma cotidiana, as invenções lúdicas das crianças Calin. Em segundo lugar, parte significativa do trabalho de campo coincidiu com a pandemia de Covid-19, período em que as escolas permaneceram fechadas e o acesso às instituições educacionais se tornou inviável. Após a defesa da tese e a publicação de livros infantis baseados em histórias reais coletadas durante a pesquisa, agora adaptadas para o público infantil, busquei ampliar o diálogo com as instituições públicas, sem, contudo, obter retorno.

Ao retomar o período de escrita da tese, recorro uma tarde de 2021, durante uma visita ao acampamento, em que presenciei a chegada de Vitória Barreto, menina Calin, filha de Disson, trazida pelo transporte escolar disponibilizado pela prefeitura de Quissamã. Vitória retornava da escola sem seus trajes ciganos coloridos habituais, vestindo o uniforme padronizado exigido pela instituição, que limitava a expressão de sua identidade cultural. Ao chegar em casa, Vitória prontamente trocou o uniforme pelo traje tradicional, reconectando-se com suas raízes e reafirmando quem é. Esse gesto ilustra a tensão constante entre a necessidade de conformidade às normas escolares e a preservação de uma cultura singular. O uniforme escolar, enquanto símbolo de homogeneização, evidencia como o currículo formal pode ignorar as particularidades culturais dos alunos, reiterando a urgência de políticas educacionais inclusivas e transformadoras. Nada mudou.

No que diz respeito ao currículo, Macedo (2006) o analisa como um espaço de fronteira cultural, no qual identidades, saberes e poderes se cruzam e são negociados. Entre as meninas Calin, como Vitória e Mirela, torna-se evidente o conflito entre o



currículo formal e o currículo vivido. Suas experiências evidenciam como o currículo tradicional tende a silenciar identidades culturais, impondo normas que desconsideram a diversidade. A exigência do uniforme escolar ilustra a incapacidade da escola de reconhecer e valorizar a singularidade das culturas minoritárias. Nesse cenário, torna-se fundamental que o currículo escolar celebre a hibridez cultural, assegurando a inclusão de vozes e de expressões dos alunos, para que suas identidades não sejam marginalizadas no ambiente escolar.

Durante a pandemia de Covid-19, emergiram novas possibilidades de adaptação. Em Quissamã, as crianças Calon receberam materiais didáticos para a continuidade dos estudos, mas enfrentaram desafios importantes, como a ausência de recursos tecnológicos e as limitações das famílias para acompanhá-las nas tarefas. Em uma ocasião, por solicitação de Virgínia Barreto, mãe de Vitória, participei de uma interação online, *adaptando o ensino à rotina da criança e integrando suas vivências lúdicas ao processo de aprendizagem. O comentário de Vitória, “Tia, aprendi melhor agora com a senhora do que com a minha professora”, reforça a relevância de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de dialogar com as realidades das crianças Calon. Essas experiências sublinham a urgência de políticas públicas que promovam uma inclusão educacional efetiva, levando em consideração as especificidades culturais das comunidades ciganas e criando um espaço de aprendizagem que respeite a identidade de cada aluno.*

As autoras Carmem Virgínia Moraes da Silva e Liana Gonçalves Pontes Sodré (2017) destacam como o contexto sociocultural influencia as práticas lúdicas das crianças, seja em uma escola rural da Bahia ou entre os Calon de Quissamã. Em ambos os cenários, o ambiente é elemento fundamental na construção social e cultural das infâncias, moldando brincadeiras e relações. Enquanto em contextos rurais as crianças exploram elementos naturais, como folhas e galhos, em Quissamã, as brincadeiras são profundamente atravessadas pela etnicidade, exemplificadas na construção de barracas de sacos plásticos com galhos e na manutenção de práticas Calon. Essa dinâmica evidencia a importância de práticas educativas que reconheçam e valorizem o contexto único de cada criança, promovendo um ensino que celebre a diversidade cultural e contribua para a superação de desigualdades.



BARRACAS DE PLÁSTICO E MUNDOS INVENTADOS: O BRINCAR CALIN COMO RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO

Figura 5 - brinquedo que representa a barraca cigana



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A imagem acima mostra uma barraca construída por meninas Calin em uma manhã de sábado, durante o período de escrita da tese, no acampamento Mathias, em Quissamã. A estrutura, feita com galhos secos e sacolas plásticas reutilizadas, compõe uma cena que, à primeira vista, poderia parecer efêmera ou precária, mas revela uma estética marcada pela resistência e pela invenção cotidiana. Ao serem questionadas sobre do que mais brincavam, além das bonecas, relataram que costumavam recolher galhos das árvores e moldar lonas com os materiais plásticos encontrados no entorno. No próprio local, demonstraram, com o corpo e com os objetos recolhidos, como a brincadeira era realizada. As mais novas, entretanto, disseram que não brincavam mais dessa forma, preferindo utilizar lençóis e colchas dos pais para montar cabanas no próprio quintal. Essa mudança reflete não apenas transformações geracionais nas formas de brincar, mas também os efeitos das reorganizações espaciais e das dinâmicas de vigilância sobre os corpos infantis.

A barraca de plástico evidencia a “bricolagem do brincar”⁶ (Marques, 2025).

6 A expressão “bricolagem do brincar” foi cunhada a partir do conceito de bricolagem de Lévi-Strauss

Trata-se de um gesto que desafia a lógica utilitarista e a normatividade escolar, ao afirmar o brincar como espaço legítimo de saber e de produção cultural. Nesse sentido, a imagem dialoga com a perspectiva de Sarmento (2003, 2005), para quem a infância constitui uma construção social e culturalmente situada, e não uma etapa universal e homogênea da vida. As crianças Calon, ao construírem suas barracas com os materiais disponíveis, reafirmam sua condição de sujeitos de linguagem, capazes de interpretar e reinventar o mundo a partir dos recursos presentes em seu entorno imediato.

A reflexão sobre essa prática adquire ainda mais densidade quando relacionada aos debates contemporâneos sobre currículo e diversidade cultural. Ruth Rodrigues (2023) enfatiza a relevância das recentes alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passaram a exigir a inclusão do ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.⁷ Embora tal avanço represente um importante passo, evidencia também os limites da escola em reconhecer e integrar outras comunidades tradicionais, como os ciganos. Helena Dolabela (2023) ressalta que a inclusão dos Calon na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais representa um marco na luta por reconhecimento e direitos territoriais, embora sua efetivação ainda enfrente resistências materiais e simbólicas nos aparatos institucionais.

Iniciativas como a cartilha sobre a cultura cigana, organizada por Míriam Stanescon Batuli (2007), e a criação do Dia Nacional do Cigano⁸ constituem marcos relevantes na construção de uma memória coletiva mais inclusiva. No entanto, ainda se fazem necessárias ações que se concretizem em práticas pedagógicas efetivas, capazes de integrar e respeitar a diversidade cultural de comunidades como a dos Calon. A escola precisa tornar-se um espaço no qual crianças como Vitória, Mirela e tantas outras tenham suas identidades reconhecidas e suas tradições valorizadas, não apagadas por um modelo de ensino homogêneo e disciplinador.

DO CAMPO BRINCANTE AO CAMPO DAS IDEIAS: UM SALTO TEÓRICO DO PASSADO

As brincadeiras das crianças Calon, observadas no acampamento Mathias, em Quissamã, RJ, vão além do lazer, constituindo-se como espaço de resistência

(1976) e da observação etnográfica do brincar entre crianças Calon. Refere-se à criação improvisada de narrativas e brinquedos com materiais disponíveis no cotidiano, revelando uma forma de autoria cultural e resistência simbólica em contextos de escassez e negligência institucional.

7 Lei 10639/2003 e 11645/2008. Referenciadas nas bibliografias.

8 Decretos assinalados no final do texto.



cultural diante dos estigmas e preconceitos historicamente associados aos ciganos. Assim como analisam Goldfarb, Dantas e Chagas (2024), as representações literárias e acadêmicas dos ciganos no Brasil, desde o período colonial até os séculos XIX e XX, perpetuaram visões distorcidas e essencialistas, apresentando os ciganos como povos nômades, desvinculados de trabalho, religião e moralidade. Essas narrativas, consolidadas por cronistas, missionários e viajantes como Gardner (2008), Spix (2017), Martius (2001) e Kidder (1972), referenciados pelos autores, contribuíram para formar um imaginário coletivo que legitima sua exclusão social. Esses estereótipos históricos ainda repercutem nas políticas públicas e nas percepções contemporâneas, influenciando inclusive a maneira como as práticas culturais e lúdicas dos Calon são vistas pela sociedade.

Ao examinar esses primeiros olhares lançados sobre os ciganos no Brasil, os autores demonstram como o pensamento eurocêntrico orientou as representações literárias, consolidando estereótipos de povos errantes e ameaçadores, alheios à ordem social. Tais narrativas foram reproduzidas tanto em documentos oficiais quanto na literatura de viagem, o que contribuiu para a invisibilização das contribuições culturais ciganas à sociedade brasileira. A pesquisa evidencia que esses discursos deram início a uma exclusão sistemática que se prolonga até os dias de hoje, justificando práticas discriminatórias e a negação de direitos plenos a essas comunidades.

Ao desconstruir tais estereótipos, os estudiosos buscam promover uma compreensão mais abrangente e complexa das culturas ciganas, ressaltando a necessidade de pesquisas que superem essas visões essencialistas e valorizem a diversidade. Desse modo, o trabalho insere-se no esforço de reconhecer os ciganos como agentes históricos e culturais, não como figuras caricaturadas ou subalternizadas pela história oficial e pela produção literária. A estigmatização histórica dos ciganos no Brasil reverbera diretamente sobre a infância Calon, afetando suas formas de socialização e suas possibilidades de brincar.

No caso das crianças Calon, suas brincadeiras representam formas de reconstrução identitária e resistência frente às tentativas de invisibilização cultural, desafiando narrativas que as associam a práticas desordeiras ou consideradas improdutivas. A análise de Goldfarb e colaboradores (2024) sobre como as relações de poder moldaram o imaginário acerca dos ciganos no Brasil evidencia paralelos importantes com as experiências das crianças Calon nos ambientes educacionais e comunitários.



BARRADOS NA PANDEMIA, SILENCIADOS NA HISTÓRIA: CALON E OS ECOS DE GALLETTI

Embora Galletti (2021) se debruce sobre o contexto colonial argentino, seu estudo oferece elementos teóricos relevantes para refletir criticamente sobre a permanência e a transformação das representações sociais acerca dos ciganos, inclusive no contexto brasileiro contemporâneo, sempre respeitando as devidas distinções históricas. A autora analisa como, no período colonial de Buenos Aires, os ciganos eram tratados como “estranhos” e frequentemente acusados de crimes sem provas concretas, enquanto mantinham funções essenciais na economia local, como a atividade de ferreiro. Ainda que os contextos colonial e atual apresentem diferenças históricas importantes, essa dualidade entre exclusão formal e inclusão parcial de grupos marginalizados encontra ressonância na relação contemporânea entre a sociedade majoritária e os Calon em Quissamã.

Durante a pandemia de Covid-19, essa dinâmica se evidenciou em um episódio ocorrido quando uma barreira sanitária foi utilizada para perpetuar preconceitos. Ao tentar levar mantimentos ao acampamento Mathias, fui impedida por um guarda municipal, que justificou sua decisão com argumentos estereotipados: “Oh, dona, não sei para que a senhora está levando mantimentos para eles, pois eles têm carros de luxo na garagem, como Hilux, e têm dinheiro para emprestar.” Esse comentário não apenas reproduz narrativas preconceituosas, mas ignora a complexidade da vida comunitária Calon, que alia autonomia econômica à vulnerabilidade estrutural. A reação de Disson, interlocutor Calon da pesquisa, ao tomar conhecimento do ocorrido, ilustra as relações econômicas e sociais que desafiam essa visão reducionista. Ao saber do impedimento, Disson comentou: “Ah, é fulano? Ele deve dinheiro emprestado ao chefe do acampamento.” Assim como acontecia com os ciganos na sociedade colonial, os Calon ocupam hoje uma posição ambígua, sendo estigmatizados, mas tolerados conforme a utilidade que a sociedade majoritária lhes atribui.

A análise de Galletti (2021) sobre as analogias entre os ciganos e os indígenas da América Hispânica fornece uma base teórica significativa para compreender as representações contemporâneas dos Calon de Quissamã. No período colonial, tanto ciganos quanto indígenas eram retratados como símbolos de desordem e de atraso, sendo rotulados como vagabundos, bárbaros e supersticiosos. Esses estereótipos funcionavam como contraponto aos ideais de racionalidade e de progresso defendidos pelos colonizadores europeus. De modo semelhante, os Calon continuam, ainda hoje, a ser estigmatizados pelo histórico de nomadismo e por práticas econômicas informais, como o comércio ambulante, fatores que os posicionam à margem da sociedade considerada “civilizada”.



Durante a pandemia, constatou-se que essas construções de alteridade foram mobilizadas em momentos de crise como forma de justificar a de exclusão. O episódio da barreira sanitária, que deveria proteger toda a população, acabou por reforçar preconceitos estruturais. Ao serem impedidos de receber mantimentos essenciais, os Calon foram reduzidos a estereótipos que os qualificavam como economicamente autossuficientes, reforçando narrativas de desconfiança e exclusão. Esse fato revela como, historicamente, situações de crise são frequentemente utilizadas para aprofundar desigualdades e reiterar a marginalização de minorias.

Se, no período colonial, os ciganos serviam como referência para a compreensão de outras alteridades, no contexto atual os Calon desafiam essas representações por meio de práticas culturais que valorizam a comunidade, a negociação e a resiliência. No cotidiano, constroem estratégias para negociar espaços de pertencimento e resistir às tentativas de exclusão sistêmica.

Segundo Galletti (2021), no contexto colonial, os ciganos eram simultaneamente indispensáveis e marginalizados, desempenhando funções econômicas essenciais enquanto eram alvos recorrentes de estigmatização e de controle social. Essa ambivalência histórica, marcada por estereótipos de periculosidade e desconfiança, não se encerrou no passado. Ao contrário, ela se reinscreve no presente por meio de novas formas de exclusão e de silenciamento, especialmente quando se trata das infâncias Calon. As práticas culturais dessas crianças, como o brincar, atualizam estratégias históricas de resistência, desestabilizando representações cristalizadas e reafirmando o pertencimento coletivo. O ato de brincar, nesse contexto, não apenas expressa liberdade, mas constitui uma linguagem política que fortalece a identidade do grupo diante das tentativas de apagamento. Mais do que vítimas de um sistema excludente, os Calon afirmam-se como agentes culturais, capazes de tensionar os limites impostos pelas hierarquias sociais, equilibrando adaptação e resistência em um repertório cultural vivo e em constante reinvenção. Ainda assim, parte expressiva da produção acadêmica continua a relegar o brincar a um plano secundário, desconsiderando-o como chave interpretativa e estratégica para formulação de políticas públicas. Essa negligência revela não apenas uma subestimação das infâncias como sujeitos históricos, mas também a persistência de uma lógica adultocêntrica que deslegitima suas experiências, recusando-se a reconhecê-las como interlocutoras no campo das disputas simbólicas e políticas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste trabalho partiram da análise das práticas lúdicas e dos processos de aprendizagem das crianças Calon no acampamento Mathias, localizado em Quissamã, Rio de Janeiro. O estudo baseou-se em uma abordagem de inspiração etnográfica, que privilegiou a observação participante, a fotoetnografia e o registro de narrativas visuais e orais produzidas no cotidiano das famílias Calon entre 2019 e 2022. A imersão no campo, após a vacina da Covid-19, permitiu acompanhar de perto as formas de brincar, as estratégias de construção de pertencimento e as dinâmicas de resistência cultural mobilizadas pelas crianças diante das adversidades históricas, sociais e políticas que marcam suas trajetórias. O percurso metodológico foi impactado pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, que inviabilizaram o acesso às escolas, deslocando o foco da investigação para os territórios domésticos e comunitários, e valorizando as interações entre pares, os registros fotográficos e as práticas de “bricolagem do brincar” (Marques, 2023).

O ponto principal da pesquisa consistiu em compreender como o brincar se constitui como espaço de afirmação identitária, resistência e produção de saberes entre as crianças Calon, e em que medida essas práticas desafiam os discursos hegemônicos e as políticas excludentes historicamente dirigidas aos povos ciganos no Brasil. Nesse sentido, buscou-se identificar de que maneira as experiências lúdicas dialogam com os processos de exclusão e invisibilização cultural, problematizando tanto a ausência de políticas públicas voltadas à infância cigana quanto os silenciamentos impostos pelo sistema educacional e pelas representações sociais estigmatizadas. A investigação foi guiada pelo objetivo de saber de que modo as brincadeiras e as aprendizagens entre pares, no contexto do acampamento Mathias, constituem práticas de resistência cultural e de construção de pertencimento para as crianças Calon.

Os principais resultados evidenciaram que o brincar, para as crianças Calon, extrapola o âmbito do lazer e da recreação, constituindo-se como linguagem política e cultural, capaz de instaurar espaços de autonomia, criatividade e transmissão de saberes. As práticas lúdicas observadas, desde a construção de barracas com materiais improvisados até a reinvenção de jogos tradicionais e a adaptação de elementos do cotidiano, que ativam sentidos afetivos e coletivos, desafiam a lógica utilitarista e a normatividade escolar. Verificou-se que, mesmo diante das adversidades, como a perda do “campo-brincante” (Marques, 2023) e a reconfiguração dos espaços comunitários, as crianças mobilizam estratégias para manter viva a cultura Calon, fortalecendo vínculos familiares e comunitários. As narrativas e imagens coletadas



atestam a potência dessas infâncias como produtoras de saberes, gestoras de territórios simbólicos e enunciadoras de formas próprias de viver, brincar e resistir.

O trabalho contribui para o debate sobre as políticas de reconhecimento e inclusão das infâncias ciganas Calon, cujas vozes seguem à margem dos espaços escolares e literários. Embora a pandemia tenha restringido o acesso ao ambiente escolar, limitando o diálogo com docentes e gestores, a pesquisa reafirma o brincar como prática de resistência, memória e afirmação cultural, e ainda continua rendendo frutos. Que esse brincar, forjado na terra batida dos acampamentos, ultrapasse as barreiras do preconceito e seja acolhido por educadores, pesquisadores, políticas públicas e pelas próprias comunidades ciganas.

Os Calon formam o grupo cigano mais numeroso do país, mas seguem como o mais silenciado, ainda alvos de estigmas que negam a legitimidade de suas crenças e de seus modos de vida. Merecem respeito, não apenas das instituições majoritárias, mas também dos demais grupos ciganos, em nome de uma convivência baseada na dignidade e no reconhecimento mútuo. Que os livros nascidos dessa pesquisa, mesmo que discretamente aqui enunciados, contribuam para esse gesto de reparação simbólica, porque quando uma criança Calon brinca, ela não apenas brinca, ela reinscreve sua história no mundo. E isso, por si, já é política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Manoel de. **Menino do Mato**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

BARROS, Manoel de. **O Livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 8 fev. 2025.

BRASIL. Decreto de 25 de maio de 2006. Institui o Dia Nacional do Cigano. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov>.



br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D25-05-2006.htm. Acesso em: 07 fev. 2025.

BRASIL. **Povo cigano: o direito em suas mãos**. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. Fundação Santa Sara Kali. Brasília: Presidência da República, setembro de 2007.

CARDOSO, G. K. A.; BONOMO, M. Infância Calin: socialização étnica e identidade social entre crianças ciganas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. esp., p. 67–84, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222651>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DOLABELA, Helena. Ciganos como povos e comunidades tradicionais: reconhecimento e direitos territoriais. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, p. 1-12, jan.-dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43113>.

GALLETTI, Patrícia Cecília. Los Gitanos como Otro y como Horizonte de Otridad en la Hispanoamérica Colonial (S. XV a XIX). **International Journal of Roma Studies**, v. 3, n. 2, p. 106-130, 2021.

GARDNER, George. **Viagem ao Brasil, principalmente aos distritos do norte e ao longo do litoral**. Rio de Janeiro: Editora Valverde, 1847.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; DANTAS, José Aclécio; CHAGAS, Aquiles Cordeiro das. Primeiros olhares sobre ciganos no Brasil: análise das construções literárias sobre ciganos no Brasil através de estudos pioneiros. In: BATISTA, Mércia Rejane Rangel; GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes (Orgs.). **Apresentando Ciganos no Brasil: Políticas e Representações em Contextos Múltiplos de Pesquisa**. Campina Grande: EDUFPG, 2024. p. 25-54.

KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas**. São Paulo: Martins; EDUSP, 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MACEDO, E. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98-113, jul./dez. 2006.

MARQUES, Maria Cristina. **O brincar, a educação e as crianças Calon do acampamento cigano de Quissamã, RJ: uma fotoetnografia de brincadeiras e de aprendizagens**.



2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MARQUES, Maria. **Nas imaginações e brincadeiras dos meninos ciganos Calon.** Ilustrações de Wagner Paula. São Paulo: Editora Calêndula, 2024.

MARQUES, Maria. **A lagartixa defunta.** Ilustrações de Danillo Kallón. Porto Alegre: Ed. Lumina, 2025.

MARQUES, Maria. **As aventuras das meninas ciganas Cali e os discos encantados.** Ilustrações da Calin Alice Storm. Porto Alegre: Ed. Lumina, 2025.

MARQUES, Maria. **A pipa encantada dos meninos ciganos Calon.** Ilustrações da Calin Alice Storm. Porto Alegre: Ed. Lumina, 2025.

MARQUES, Maria. **As palavras mágicas das meninas ciganas Calin.** Ilustrações da Calin Alice Storm. Porto Alegre: Ed. Lumina, 2025.

MARTIUS, L. L. **O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MONTEIRO, Edilma da Silva. **A escola entre nós: crianças ciganas Calon e educação escolar na Paraíba.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

NARANJO, Javier. **A casa das estrelas – o universo pelo olhar das crianças.** Tradução de Carla Branco. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2019.

RODRIGUES, Eline da Silva; PAULA, Glória Maria de. Educação escolar para os povos ciganos: uma análise das políticas educacionais e da experiência em uma escola municipal em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 187–206, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i260.4572>. Acesso em: 1 ago. 2025.

RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **Os bem-nascidos: racismo, eugenia e educação no Brasil.** Curitiba: Appris, 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cássia. **Radicalização da infância na segunda modernidade, para uma sociologia da infância crítica.** Configurações, Porto, n. 4, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/498>. Acesso em: 18 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.498>.



SARMENTO, Manuel Jacinto. A infância como construção social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 33–52, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200004>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância na segunda modernidade. In: QVORTRUP, Jens et al. (org.). **Por uma sociologia da infância**. Rio de Janeiro: Centauro, 2005. p. 131–158. Acesso em: 1 ago. 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). *Infância (In) visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-52.

SARMENTO, M. J., & Pinto, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto & M. J. Sarmento (Coords.), **As crianças: contextos e identidades** (pp. 7-23). Braga: Univ. do Minho, 1997. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, Rosemeire da Costa; PAIVA, Rosana Pinheiro Machado. A escola como difusora de preconceitos: o caso dos ciganos Calon no Rio Grande do Norte. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 65–80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/24873>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, C. V. M.; SODRÉ, L. G. P. As crianças do campo e suas vivências: o que mostram suas brincadeiras e brinquedos. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 37, n. 103, p. 361-376, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622017176065>.

SPIX, F., Johann Baptist von, 1781-1826. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)** / Spix e Martius.; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.: il. 428 p. (Edições do Senado Federal; v. 244-B).

STANESCON BATULI, Mirian. **Povo cigano, o direito em suas mãos**. Brasília, DF, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, Fundação Santa Sara Kali, 2007.